



ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

Demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, preparadas de acordo com os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

Índice

Relatório da Administração – Exercício social 2018.....	3
Balço patrimonial.....	5
Demonstração do resultado.....	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstração do fluxo de caixa.....	9
1. Contexto operacional	10
1.1. Objeto social	10
2. Apresentação das demonstrações financeiras	10
2.1 Bases de elaboração e apresentação.....	10
2.2 Moeda funcional e de apresentação	11
2.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas	11
2.4 Controle em conjunto.....	12
3 Principais práticas contábeis.....	12
4 Normas e interpretações novas e revisadas e ainda não adotadas	15
5 Caixa e equivalentes de caixa	16
6 Tributos e contribuições a compensar.....	16
7 Investimentos.....	16
8 Debêntures	18
9 Tributos e encargos sociais a recolher	19
10 Patrimônio líquido	19
11 Despesas gerais e administrativas	20
12 Outras despesas operacionais, líquidas	20
13 Resultado financeiro	21
14 Imposto de renda e contribuição social.....	21
15 Transações com partes relacionadas	21
16 Instrumentos financeiros.....	22
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	24

ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

Relatório da Administração – Exercício social 2018

Senhores Acionistas,

A Administração da ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 e de 2017.

1. PERFIL DA COMPANHIA

A ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A. (“ISA Investimentos” ou “Companhia”) é uma companhia *holding* nacional, de direito privado, constituída sob a forma de sociedade limitada em 10 de janeiro de 2017 e transformada em sociedade anônima em 27 de abril de 2017.

O objeto social da ISA Investimentos compreende a participação, como sócia ou acionista, em outras sociedades, simples ou empresárias, e em consórcios e empreendimentos comerciais de qualquer natureza.

A Companhia tem como acionistas a Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P (“ISA”), com participação de 99,9% do capital social, e a ISA Capital do Brasil S.A. (“ISA Capital”) com 0,1%. Em 02 de junho de 2017, a ISA Investimentos recebeu o aporte de capital deliberado por seus acionistas na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de maio de 2017 e passou o seu Capital Social integralizado para R\$695,7 milhões, sendo R\$695,0 milhões pertencente à acionista ISA e R\$700 mil pertencente à ISA Capital.

A ISA Investimentos foi constituída com o objetivo inicial de adquirir as 153.775.790 ações ordinárias de emissão da empresa Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“TAESA”), alienadas pelos Fundos FIP Coliseu e FIA Taurus, em 27 de dezembro de 2016, conforme Contrato de Compra e Venda de Ações celebrado entre as partes, naquela data. Em 09 de fevereiro de 2017 a ISA Investimentos aderiu ao Contrato de substituição à ISA e assumiu todos os direitos e obrigações.

Em 13 de junho de 2017 ocorreu a liquidação financeira do referido Contrato de Compra e Venda de Ações, ocasião em que a ISA Investimentos passou a ser proprietária das 153.775.790 ações ordinárias de emissão da TAESA que equivale a 26,03% das ações ordinárias e 14,88% do capital social total daquela Sociedade. Pela aquisição das ações, a ISA Investimentos pagou à vista a importância de R\$1,019 bilhão, sendo parte dos recursos proveniente de capital próprio e parte por financiamento (debêntures). Ainda em 13 de junho de 2017, a ISA Investimentos aderiu ao Acordo de Acionistas da TAESA que prevê o controle em conjunto daquela Companhia com a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG.

2. COMPROMISSOS FINANCEIROS

Visando obter financiamento de parte dos recursos necessários para a aquisição da TAESA, em 16 de maio de 2017, por meio da Assembleia Geral dos acionistas da Companhia, foi aprovado o Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de 350.000.000 (trezentos e cinquenta milhões) de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, no montante de R\$350 milhões, firmado com a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários na condição de Agente Fiduciário. O Banco Bradesco BBI atuou como o coordenador líder da operação.

As debêntures que foram depositadas para distribuição pública por meio do MDA (Módulo de Distribuição de Ativos), administrado e operacionalizado pela CETIP (Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos), com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476, sob o regime de garantia firme de subscrição, em 09 de junho de 2017 foram totalmente adquiridas pelo Banco Bradesco BBI S.A. Em 2018 a Companhia pagou entre amortização do principal e juros a importância de R\$124,10 milhões.

3. RECEBIMENTO DE PROVENTOS DA INVESTIDA

A ISA Investimentos, durante o exercício de 2018, reconheceu a título de resultado de equivalência patrimonial a importância de R\$176.274 mil, e recebeu proventos, a título de dividendos intermediários e juros sobre capital próprio, que somam a importância de R\$142.871 mil.

ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

Relatório da Administração – Exercício social 2018 - Continuação

4. AUDITORES INDEPENDENTES

Com respeito à prestação de serviços relacionados à auditoria externa, a ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A., informa que a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. prestou apenas serviços relacionados à auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

A Administração

ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

Balanco patrimonial

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	22.569	13.266
Tributos e contribuições a compensar	6	6.127	5.106
		<u>28.696</u>	<u>18.372</u>
Não circulante			
Investimentos	7	1.031.304	1.020.602
		<u>1.031.304</u>	<u>1.020.602</u>
Total do ativo		<u>1.060.00</u>	<u>1.038.974</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		2	548
Dividendos obrigatórios a pagar	10 (b)	-	101
Debêntures	8	21.658	49.725
Tributos e encargos sociais a recolher	9	3.037	2.419
		<u>24.697</u>	<u>52.793</u>
Não circulante			
Exigível a longo prazo			
Debêntures	8	208.013	280.000
		<u>208.013</u>	<u>280.000</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	10 (a)	695.801	695.700
Reserva de lucros	10 (c)	131.489	10.481
		<u>827.290</u>	<u>706.181</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.060.000</u>	<u>1.038.974</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Resultado de equivalência patrimonial	7	159.401	56.616
Gerais e administrativas	11	(982)	(4.472)
Outras despesas operacionais, líquidas	12	(22.702)	(16.770)
		<u>(23.684)</u>	<u>(21.242)</u>
Lucro antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos sobre o lucro		135.717	35.374
Despesas financeiras	13	(27.961)	(25.465)
Receitas financeiras	13	677	1.803
Resultado financeiro		<u>(27.284)</u>	<u>(23.662)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>108.433</u>	<u>11.712</u>
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	14	(4.298)	(1.130)
Lucro líquido do exercício		<u><u>104.135</u></u>	<u><u>10.582</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro líquido do exercício	104.135	10.582
Total do resultado abrangente do exercício	<u>104.135</u>	<u>10.582</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Notas	Reserva de Lucros			Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Capital Social	Reserva Legal	Retenção de Lucros		
Em 10 de janeiro de 2017		-	-	-	-	-
Constituição da Companhia		1	-	-	-	1
Integralização de capital - aportes dos sócios		695.699	-	-	-	695.699
Lucro líquido do exercício		-	-	-	10.582	10.582
Destinação do lucro						
Constituição da reserva legal		-	529	-	(529)	-
Dividendos obrigatórios a pagar		-	-	-	(101)	(101)
Constituição da reserva de retenção de lucros remanescente		-	-	9.952	(9.952)	-
Em 31 de dezembro de 2017		695.700	529	9.952	-	706.181
Adoção CPC 47 pela investida	10 (c)	-	-	-	16.873	16.873
Aumento de capital	10 (a)	101	-	-	-	101
Lucro líquido do exercício	10 (b/d)	-	-	-	104.135	104.135
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal	10 (b/c)	-	5.207	-	(5.207)	-
Constituição de reserva especial	10 (b/c)	-	-	-	16.528	(16.528)
Constituição da reserva de retenção de lucros remanescente	10 (c)	-	-	82.400	(82.400)	-
Em 31 de dezembro de 2018		695.801	5.736	92.352	33.401	827.290

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	104.135	10.582
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa utilizado nas atividades operacionais		
Amortização da Mais Valia (nota 7)	22.702	16.770
Resultado de equivalência patrimonial (nota 7)	(159.401)	(56.616)
Amortização do custo de emissão das debêntures (nota 8)	769	437
Juros, variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos (nota 8)	23.281	19.490
	<u>(8.514)</u>	<u>(9.337)</u>
(Aumento) Diminuição de ativos		
Tributos e contribuições a compensar	(1.022)	(5.106)
	<u>(1.022)</u>	<u>(5.106)</u>
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	(546)	548
Tributos e encargos sociais a recolher	618	2.419
	<u>72</u>	<u>2.967</u>
Caixa líquido originado das atividades operacionais	<u>(9.464)</u>	<u>(11.476)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Investimentos (nota 7)	-	(628.272)
Ágio na aquisição da investida (nota 7)	-	(390.492)
Dividendos recebidos (nota 7)	101.828	6.716
Juros sobre capital próprio recebidos (nota 7)	41.042	31.292
Caixa líquido aplicado em atividades de investimentos	<u>142.870</u>	<u>(980.756)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital (nota 10 (a))	-	695.700
Emissão de debêntures (nota 8)	-	350.000
Amortização de debêntures (principal) (nota 8)	(101.500)	(17.500)
Pagamentos de juros sobre debêntures (nota 8)	(22.603)	(18.720)
Pagamentos de custos de emissão de debêntures (nota 8)	-	(3.982)
Caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades de financiamentos	<u>(124.103)</u>	<u>1.005.498</u>
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>9.303</u>	<u>13.266</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	13.266	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	<u>22.569</u>	<u>13.266</u>
Varição em caixa e equivalentes de caixa	<u>9.303</u>	<u>13.266</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional

1.1. Objeto social

A ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A. (“ISA investimentos” ou “Companhia”) é uma companhia *holding* nacional, de direito privado, constituída sob a forma de sociedade limitada em 10 de janeiro de 2017 e transformada em sociedade anônima em 27 de abril de 2017.

O objeto social da ISA Investimentos compreende a participação, como sócia ou acionista, em outras sociedades, simples ou empresárias, e em consórcios e empreendimentos comerciais de qualquer natureza.

A Companhia tem como acionistas a Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P (“ISA”), com participação de 99,9% do capital social, e a ISA Capital do Brasil S.A. (“ISA Capital”) com 0,1%. Em 02 de junho de 2017, a ISA Investimentos recebeu o aporte de capital deliberado por seus acionistas na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de maio de 2017 e passou o seu Capital Social integralizado para R\$695,7 milhões, sendo R\$695,0 milhões da acionista ISA e R\$700 mil da ISA Capital.

A ISA Investimentos foi constituída com o objetivo inicial de adquirir as 153.775.790 ações ordinárias de emissão da empresa Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“TAESA”) alienadas pelos Fundos FIP Coliseu e FIA Taurus, em 27 de dezembro de 2016, conforme Contrato de Compra e Venda de Ações celebrado entre as partes naquela data. Em 09 de fevereiro de 2017 a ISA Investimentos aderiu ao Contrato de substituição à ISA e assumiu todos os direitos e obrigações.

Em 13 de junho de 2017 ocorreu a liquidação financeira do referido Contrato de Compra e Venda de Ações, ocasião em que a ISA Investimentos passou a ser proprietária das 153.775.790 ações ordinárias de emissão da TAESA que equivale a 26,03% do total das ações ordinárias e 14,88% do capital social total daquela Sociedade. Pela totalidade das ações a ISA Investimentos pagou à vista a importância de R\$1,019 bilhão, sendo parte dos recursos proveniente de capital próprio e parte por financiamento (debêntures). Ainda em 13 de junho de 2017 a ISA Investimentos aderiu ao Acordo de Acionistas da TAESA, que prevê o controle em conjunto daquela Companhia com a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG).

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Bases de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, exceto quanto ao resultado do exercício.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

Em 28 de março de 2019, as demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração.

ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2.2 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras, são apresentadas em reais, a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“moeda funcional”).

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

2.3.1. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e nestes orçamentos financeiros detalhados, os quais são elaborados separadamente pela administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda.

Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Administração estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não o valor contábil que teria sido determinado

ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Esta reversão é reconhecida no resultado.

O teste de redução ao valor recuperável do Mais Valia é feito anualmente em 31 de dezembro ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado.

A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Em 31 de dezembro de 2018 não há indícios de perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, que refere-se basicamente ao montante de Mais Valia, devidamente divulgado na nota explicativa 7.

2.3.2. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.4 Controle em conjunto

A Companhia não apresenta demonstrações consolidadas, visto que sua participação como acionista na TAESA corresponde à sua participação minoritária, sem o poder de controlar individualmente as políticas financeiras e operacionais da entidade. O resultado da investida é contabilizado pelo método de equivalência, conforme CPCs 18 (R2), 19 (R2) e 36 (R3).

Em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, a participação na investida TAESA era de 14,8792%.

3 Principais práticas contábeis

3.1 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.2 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

São apurados observando-se as disposições da legislação aplicável, com base no lucro líquido, ajustado pela inclusão de despesas não dedutíveis, exclusão de receitas não tributáveis e inclusão e/ou exclusão de diferenças temporárias.

A Companhia enquadra-se no regime de Lucro Real Anual. O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A Companhia não apurou impostos diferidos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3.3 Instrumentos financeiros

A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

(a) Ativos financeiros

(i) Classificação e mensuração

Com a adoção do CPC 48 os instrumentos financeiros passaram a ser classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A partir de 01.01.2018 a Companhia passou a apresentar os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas:

- *Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado*

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados aos equivalentes de caixa.

(ii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (*impairment*)

O CPC 48 substituiu o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

Conforme CPC 47, a entidade deve avaliar um ativo de contrato quanto à redução ao valor recuperável de acordo com o CPC 48. A redução ao valor recuperável de ativo de contrato deve ser mensurada, apresentada e divulgada da mesma forma que um ativo financeiro que esteja dentro do alcance do CPC 48.

Em 31 de dezembro de 2018 não há indícios de perda por redução ao valor recuperável

(iii) Baixa de ativos financeiros

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os principais passivos financeiros classificados nesta categoria são as debêntures.

3.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo.

Para que um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, de três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

3.6 Investimentos

O investimento na TAESA é avaliado pelo método de equivalência patrimonial e contabilizado no balanço patrimonial da Companhia ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária naquela investida.

A participação societária na investida é apresentada na demonstração do resultado da Companhia como resultado de equivalência patrimonial.

3.7 Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

3.8 Dividendos

O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 1% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76. É facultado pelo inciso II, parágrafo 3º do artigo 202 da Lei 6.404/76 reter todo o lucro líquido do exercício, em Assembleia Geral, sendo aplicável para companhias fechadas.

3.9 Demonstração dos Fluxos de Caixa (“DFC”)

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 07 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

3.10 Principais mudanças nas políticas contábeis

A Companhia adotou os novos pronunciamentos e interpretações novas e/ou revisadas pelo CPC e CVM, com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018, que são:

- **CPC nº47 – Receita de Contrato com Cliente**

O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida, substituindo o CPC 30 (IAS 18) – Receitas, e interpretações relacionadas.

Na adoção do CPC 47, a Companhia aplicou o método do efetivo cumulativo, não reproduzindo os efeitos deste CPC para o exercício comparativo de 2017. Essa adoção gerou impacto em sua investida TAESA, e por consequência, no investimento e patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2018. Vide notas explicativas 7 e 10 (c)

ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

• CPC nº48 – Instrumentos financeiros

O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 (IAS 39) - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Em relação a classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, o CPC 48 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros, no entanto ele elimina as seguintes categorias do CPC 38 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

A adoção do CPC 48 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia e também na classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros.

4 Normas e interpretações novas e revisadas e ainda não adotadas

A Companhia adotou todos os pronunciamentos (novos ou revisados) e interpretações emitidas pelo CPC, quando aplicável, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2018.

As normas e interpretações novas e/ou revisadas pelo CPC e CVM são:

(a) Pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

Pronunciamentos que passarão a vigorar a partir do exercício financeiro iniciado em 1º de janeiro de 2019:

CPC nº 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil – Deliberação CVM nº 787 em 21 de dezembro de 2017

O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1).

A Companhia não possui contratos de arrendamentos, desta forma, não há impacto na demonstração financeira com a adoção do CPC 06 (R2).

ICPC 22 - – Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda

Essa interpretação, vigente para exercícios financeiros a partir de 1º de janeiro de 2019, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, aplicando os requisitos do CPC 32.

A Companhia está em processo de avaliação das incertezas e não espera impactos significativos em suas demonstrações financeiras.

(b) Normas e interpretações novas e revisadas pelo IASB já emitidas e que entrarão em vigor a partir do exercício financeiro de 2019:

- IFRS 10 e IAS 28 - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e uma Associada ou Empreendimento Controlado em Conjunto
- IFRS 17 – Contratos de Seguros

A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos desses pronunciamentos, destacados acima.

ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>% do CDI</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa e bancos		166	244
Equivalentes de caixa			
CDB	96% a 99%	22.403	1.249
Compromissada (i)	50,0%	-	11.773
		<u>22.569</u>	<u>13.266</u>

Equivalentes de caixa estão mensuradas ao valor justo através do resultado e possuem liquidez diária. A análise da Administração da Companhia quanto à exposição desses ativos a riscos de taxas de juros, dentre outros, é divulgada na nota explicativa 16 (c).

(i) As operações compromissadas são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do banco, e de revenda pelo cliente, com taxas definidas, e prazos predeterminados, lastreados por títulos privados ou públicos registradas na CETIP.

6 Tributos e contribuições a compensar

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Imposto de renda retido na fonte	3.078	5.106
IRPJ Saldo negativo	3.049	-
	<u>6.127</u>	<u>5.106</u>

Decorre das retenções de imposto de renda sobre resgates de aplicações financeiras e de recebimento de juros sobre capital próprio. A Companhia mantém o registro do saldo no ativo circulante em função da expectativa de utilização do crédito nos próximos 12 meses.

7 Investimentos

Trata-se da aquisição das ações da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (TAESA), ocorrida em 13 de junho de 2017, conforme informado na nota explicativa nº 1. O investimento é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial e é composto como segue:

i) Informações da TAESA

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Número de ações (quantidade) na data do Balanço	<u>1.033.496.721</u>	<u>1.033.496.721</u>
Patrimônio líquido – consolidado		
Capital social	3.042.035	3.042.035
Reservas de capital	594.507	594.507
Reserva de lucros	878.340	551.685
Dividendos adicionais propostos	57.170	159.325
Total	<u>4.572.051</u>	<u>4.347.552</u>
Lucro líquido do exercício	<u>1.071.305</u>	<u>380.507</u>

ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

ii) Informações do investimento da Companhia

	TAESA	
	2018	2017
Ações possuídas - (quantidades)	153.775.790	153.775.790
Patrimônio líquido (base Equivalência Patrimonial)	4.572.052	4.347.552
Percentual de participação sobre capital social	14,8792%	14,8792%
Ajuste no investimento após Laudo de Avaliação (i)	872	-
	681.156	646.880
Mais Valia (i)	390.492	390.492
(-) Amortização – Mais Valia	(39.472)	(16.770)
Ajuste na mais valia após Laudo de Avaliação (i)	(872)	-
Total do investimento	1.031.304	1.020.602

(i) Valor decorrente da diferença entre o valor efetivamente pago, custo de aquisição, e o valor patrimonial da adquirida conforme balanço patrimonial na data-base de 30 de junho de 2017. A Mais Valia foi considerada como sendo de vida útil definida, tendo em vista que o pagamento do mesmo é atribuível aos direitos vinculados aos contratos de concessão detido por aquela investida.

Para atender ao emanado na Interpretação Técnica ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial que remete ao CPC 15 (R1) – Combinação de negócios, uma empresa de consultoria externa foi contratada para a emissão de Laudo de Avaliação do valor justo dos ativos e passivos adquiridos da TAESA, cuja conclusão ocorreu em junho de 2018.

O Laudo emitido pela consultoria externa, demonstrou que a avaliação econômica (valor justo) da participação adquirida pela Companhia, na data base de 30 de junho de 2017 é, significativamente, semelhante ao total do investimento contabilizado, gerando apenas uma reclassificação registrada entre o investimento e a Mais Valia, efetuado em 30 de junho de 2018. O referido laudo indicou também, que o preço pago, excedente em relação ao patrimônio líquido, refere-se ao “Ativo Intangível - Contratos de Concessão”, e deve ser amortizado de acordo com a vida útil média dos contratos de concessão detidos pela investida TAESA.

Para fins de amortização da Mais Valia, a Companhia adotou, inicialmente, o método linear mensal com base no prazo de término de dois principais contratos de concessões da TAESA previstos para 2030. Em junho de 2018, após a conclusão do Laudo, o valor da amortização da Mais Valia foi reconhecido pela Companhia com base em todos os contratos de concessão da TAESA e devidamente ajustado em junho de 2018. O montante amortizado durante o exercício de 2018, foi de R\$22.702 (R\$16.770 em 2017) e encontra-se contabilizado na rubrica “Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas” da demonstração do resultado.

iii) Movimentação dos investimentos no período:

Custo de aquisição pelo valor de patrimônio líquido	628.272
Mais valia paga na aquisição	390.492
Amortização da Mais Valia	(16.770)
Equivalência patrimonial	56.616
Dividendos recebidos da investida	(6.716)
Juros sobre capital próprio recebidos da investida	(31.292)
Saldo em 2017	1.020.602

Ajuste no investimento após Laudo de Avaliação	872
--	-----

ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Ajuste na Mais Valia após Laudo de Avaliação	(872)
Amortização da Mais Valia (Nota 12)	(22.702)
Equivalência patrimonial	159.401
Adoção CPC 47 pela investida	16.873
Dividendos recebidos da investida	(101.828)
Juros sobre capital próprio recebidos da investida	(41.042)
Saldo em 2018	<u>1.031.304</u>

8 Debêntures

	Vencimento	Quantidade	Encargos	Spread a.a.	2018	2017
1ª Emissão – Série única (i)	02/06/2022	350.000.000	100% CDI a.a.	1,68%	229.671	329.725
Circulante					<u>21.658</u>	<u>49.725</u>
Não circulante					<u>208.013</u>	<u>280.000</u>

- (i) Em 02 de junho de 2017 a Companhia emitiu 350.000 mil debêntures com a finalidade subsidiar parte do investimento efetuado na aquisição das ações da TAESA. Emitida em série única, no montante total de R\$350.000 mil, para serem liquidados em 5 parcelas anuais de R\$70.000 mil, sendo a primeira parcela em 02 de junho de 2018 e a quinta em 02 de junho de 2022. Em razão da previsão na escritura da modalidade do *cash sweep*, onde a Companhia poderá efetuar amortizações antecipadas e resgates das remunerações, sempre que receber recursos da investida, a Companhia pode efetuar amortizações antecipadas. Em 2017, amortizou a importância de R\$17.500 em 09 de fevereiro de 2018 de R\$5.250. Esses valores foram deduzidos da parcela anual cujo saldo remanescente de R\$ 47.250, foi liquidado na data de vencimento em 02 de junho de 2018. Em 31 de agosto e 30 de novembro de 2018, também foram realizadas antecipações no montante de R\$17.500 e R\$31.500, respectivamente, correspondentes à parcela a vencer em 02 de junho de 2019.

Todas as exigências e cláusulas restritivas não financeiras (“*covenants*”), estabelecidas no contrato, estão sendo devidamente observadas e cumpridas pela Companhia até a presente data.

Os custos de emissão inicial estão sendo apropriados ao resultado, mensalmente. Em 2018 foi amortizada a importância de R\$769 (R\$437 em 2017). O saldo de custos remanescentes a serem apropriados, após de 31 de dezembro de 2018 é de R\$2.776 (R\$3.545 em 31 de dezembro de 2017).

Os vencimentos das parcelas a longo prazo, conforme previstos na escritura e sem a dedução dos custos de emissão, estão distribuídos como segue:

	2018	2017
2019	-	70.000
2020	70.000	70.000
2021	70.000	70.000
2022	70.000	70.000
	<u>210.000</u>	<u>280.000</u>

ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A movimentação no exercício é como segue:

Adições	350.000
Custos da transação	(3.982)
Valor líquido recebido	346.018
Juros, variações monetárias	19.490
Pagamento de juros	(18.720)
Amortizações do principal	(17.500)
Amortizações do custo	437
Saldo em 2017	329.725
Juros, variações monetárias	23.281
Pagamento de juros	(22.603)
Amortizações do principal	(101.500)
Amortizações do custo	769
Saldo em 2018	229.671

9 Tributos e encargos sociais a recolher

	2018	2017
Impostos retidos da fonte	3	830
Contribuição social	1.139	303
COFINS	1.557	1.057
PIS	338	229
	3.037	2.419

10 Patrimônio líquido

(a) Capital social

A Companhia foi constituída em 10 de janeiro de 2017 e transformada em Sociedade Anônima em 27 de abril de 2017, com o capital social de R\$ 1.000 (mil reais).

Em 25 de maio de 2017 foi aprovado o aumento de capital social por meio de Assembleia Geral Extraordinária, cuja integralização ocorreu no dia 02 de junho 2017, no montante de R\$695.700, representado por 695.000.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo R\$695.000 da acionista ISA e R\$700 da ISA Capital.

Em 2018, conforme Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 13 de abril, os acionistas aprovaram o aumento do capital social, sem emissão de ações, mediante capitalização do dividendo obrigatório no montante de R\$101 mil, passando o capital de R\$695.700 para R\$695.801.

O quadro de acionistas da Companhia, em 31 de dezembro de 2018, é como segue:

Acionista	Quantidade de ações ordinárias	%
Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P.	695.000.000	99,89938%
ISA Capital do Brasil S.A.	700.000	0,10062%
Total	695.700.000	100,00%

ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(b) Destinação dos lucros

Nos termos do artigo 35 do Estatuto Social da Companhia, a Administração propõe destinar o lucro líquido do exercício conforme segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro líquido do exercício	104.135	10.582
Constituição da reserva legal	(5.207)	(529)
Base de cálculo de dividendos	98.928	10.053
Dividendos obrigatórios propostos	-	(101)
Total de dividendos, com base no lucro do exercício	-	(101)
Constituição da reserva especial	(16.528)	-
Constituição da reserva de retenção de lucros remanescente (*)	82.400	9.952

(*) decorre de previsão existente na escritura das Debêntures e ao amparo do inciso II, parágrafo 3º do artigo 202 da Lei nº 6.404/1976.

(c) Reserva de lucros

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Reserva legal (i)	5.736	529
Reserva de retenção de lucros (ii)	92.352	9.952
Reserva especial (iii)	33.401	-
	131.489	10.481

- (i) Constituída em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social.
- (ii) Constituída com base na alocação do saldo do lucro líquido do exercício remanescente.
- (iii) Constituída em decorrência do reconhecimento pela investida TAESA de valor atribuível ao ajuste de adoção inicial do CPC 47.

11 Despesas gerais e administrativas

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Serviços	(785)	(4.217)
Outros	(197)	(255)
	(982)	(4.472)

12 Outras despesas operacionais, líquidas

O saldo em 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$22.702, corresponde ao valor amortizado durante o ano de 2018, já considerando o ajuste no montante de amortização referente ao ano de 2017, conforme o laudo de avaliação do valor justo dos ativos e passivos adquiridos da TAESA (vide nota explicativa 7(iii)).

ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

13 Resultado financeiro

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receitas		
Rendimento de aplicações financeiras	434	1.947
Juros SELIC IR a recuperar	277	-
PIS sobre receita financeira	(6)	(20)
COFINS sobre receita financeira	(28)	(124)
	<u>677</u>	<u>1.803</u>
Despesas		
Encargos sobre debêntures	(23.281)	(19.491)
Imposto sobre operações financeiras	(27)	(2.641)
Apropriação do custo de emissão das debêntures	(786)	(437)
PIS e COFINS sobre Juros sobre capital próprio	(3.796)	(2.895)
Outros	(71)	(1)
	<u>(27.961)</u>	<u>(25.465)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(27.284)</u>	<u>(23.662)</u>

14 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são provisionados mensalmente, obedecendo ao regime de competência e os resultados são oferecidos à tributação conforme previsto na Lei 12.973/14.

(a) Conciliação da alíquota efetiva

A despesa ou crédito de imposto de renda e contribuição social do período pode ser conciliada com o lucro contábil conforme segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	108.433	11.712
Alíquotas nominais vigentes	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social esperada	(36.867)	(3.982)
Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças permanentes	-	-
Juros sobre capital próprio recebidos de investida	(13.954)	(10.639)
Amortização da Mais Valia	(7.719)	(5.702)
Equivalência patrimonial	54.196	19.249
Outros	46	(57)
(Despesa) Crédito de imposto de renda e contribuição social efetiva	<u>(4.298)</u>	<u>(1.130)</u>
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	(4.298)	(1.130)
	<u>(4.298)</u>	<u>(1.130)</u>
Alíquota efetiva	<u>3,96%</u>	<u>9,65%</u>

15 Transações com partes relacionadas

A única transação com partes relacionadas no exercício refere-se a prestação de serviços, onde a ISA Capital mantém contrato de prestação de serviços abrangendo, serviços de escrituração contábil e fiscal, entre outros.

ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

16 Instrumentos financeiros

No exercício findo em 2018, a Companhia não contratou nem negociou instrumentos financeiros, tampouco instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos.

(a) Identificação dos principais instrumentos financeiros

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ativos financeiros		
<u>Valor justo através do resultado</u>		
Caixa e equivalentes de caixa	22.569	13.266
Passivos financeiros		
<u>Custo amortizado</u>		
Debêntures		
Circulante	21.658	49.725
Não circulante	208.013	280.000
Fornecedores	2	548

(b) Financiamentos

• Índice de endividamento

O índice de endividamento no final do período é o seguinte:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Debêntures		
Circulante	21.658	49.725
Não circulante	208.013	280.000
Dívida total	<u>229.671</u>	<u>329.725</u>
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(22.569)	(13.266)
Dívida líquida	<u>207.102</u>	<u>316.459</u>
Patrimônio líquido	<u>827.290</u>	<u>706.181</u>
Índice de endividamento líquido	25%	45%

A ISA Investimento possui *covenants* não financeiros em seu contrato de debêntures, atrelados às condições econômico-financeiras de sua investida em conjunto, TAESA. A Companhia atende aos requisitos relacionados a cláusulas restritivas.

O valor contábil das debêntures tem suas taxas atreladas à variação, do CDI e se aproxima do valor de mercado.

(c) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da ISA Investimentos podem ser assim identificados:

- (i) **Risco de taxas de juros** – A atualização anual da remuneração das debêntures que a Companhia desembolsa corresponde a 100% da taxa CDI over, somando-se 1,68% de spread.
- (ii) **Risco de liquidez** – o fluxo de caixa para o compromisso de pagamento das debêntures é proveniente dos dividendos recebidos conforme o resultado de participação da investida TAESA.

DIRETORIA

FERNANDO AUGUSTO ROJAS PINTO
Diretor-Presidente

ALEX ENRIQUE OLANO NIETO
Diretor

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

BERNARDO VARGAS GIBSONE
Presidente

CÉSAR AUGUSTO RAMÍREZ ROJAS
Vice-Presidente

ANA MILENA LOPEZ ROCHA
Conselheira

CONTADORA

IZABELLE FELICIO TOMAZ
CRC 1SP292155/O-5



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

-
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2019.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Adilvo França Junior
Contador CRC 1BA021419/O-4-T-SP